

O PNE 2014-2024 – UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO-IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA/PR

Maria de Fátima Rodrigues Pereira¹
Simeri de Fátima Ribas Calisto²

RESUMO

O Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024, Lei n. 13. 005 de 25 de junho de 2014, em sua II Diretriz exarou sobre a *Universalização do atendimento escolar* que somada à V Diretriz que reza que a *formação [é] para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade*, impõe considerações às políticas de nucleação e fechamento das escolas situadas no campo. Esta comunicação relata o processo de nucleação das escolas do campo no município de Araucária, remete para a necessária resistência ao fechamento de escolas e remoção de seus alunos para outras muito distantes dos seus lugares de origem, obrigando-os a percorrer dezenas de km por dia, por estradas e em veículos perigosos, ausência de educadores que os auxiliem nesses trajetos de formação. O estudo faz parte das pesquisas desenvolvidas no seio do Projeto - Observatório da Educação do Campo com financiamento da CAPES- da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), intitulado “Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: Diagnóstico, Diretrizes Curriculares e Reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos”, (OBEDUC II). A justifica-se decorre da necessidade de desvelamento deste processo. O objetivo é a defesa do direito das populações camponesas à universalização do acesso, permanência e sucesso escolar com qualidade em todos os níveis da Educação Básica, conforme o PNE. Recorre-se ao estudo da Lei Municipal n. 771/1991, ao Plano Municipal de Educação de 2008 (versão preliminar) e às Diretrizes Curriculares de 2012, do município de Araucária, à Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 abril de 2002 referente às Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo e à Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008, a pesquisas acadêmicas nomeadamente à de Tibucheski que possibilitam o estudo de caso. Pretende-se contribuir com as políticas educacionais brasileiras, no cumprimento do PNE/2014 a 2024.

Palavras- chave: Nucleação. Educação Do Campo. Políticas Educacionais. PNE.

1 Professora do PPGED da Universidade Tuiuti do Paraná.

2 Mestre pelo PPGED da Universidade Tuiuti do Paraná.

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024, Lei n. 13. 005 de 25 de junho de 2014, em sua II Diretriz exarou, para vinte anos de sua vigência, a *Universalização do atendimento escolar*. Considerando-se a V Diretriz que reza que a *formação [é] para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade*, o PNE impõe considerações às políticas de nucleação e fechamento das escolas situadas no campo, nomeadamente no que diz respeito ao transporte de alunos em condições precárias: longos percursos, veículos velhos sem manutenção e ausência de educadores que orientem os estudantes. Este estudo tem como lócus de investigação o município de Araucária, estado do Paraná, constitui-se em estudo de caso, como expressão do que acontece em tantos outros municípios onde o fechamento das escolas do campo tem sido efetivado nos últimos anos.

Inicialmente aborda-se o fechamento e nucleação das escolas situadas no campo, também a aproximação da educação municipal com o debate da Educação do Campo. Para a realização deste estudo utilizam-se os seguintes documentos: Lei Municipal n.771/1991, o Plano Municipal de Educação de 2008 (versão preliminar) e as Diretrizes Curriculares de 2012 do município de Araucária, a produção acadêmica referente à nucleação das escolas do campo de Tibucheshki e implicações nomeadamente a expansão e condições do transporte escolar. Ainda, realizam-se apontamentos sobre a concepção de Educação do Campo expressa nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Entende-se que os documentos oficiais e a produção acadêmica expressam princípios que fundamentam as políticas públicas para a educação escolar brasileira de populações camponesas, nomeadamente, para o estudo em pauta. Após, estudam-se as diretrizes II e IV do PNE/2014/2024 e suas implicações para a garantia da universalização e qualidade da educação. Intenta-se colaborar com a formulação e implementação das políticas de educação do campo conforme o exarado no PNE 2014/2024.

ESCOLAS NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA/PR: 1930 A 1990

A Rede Municipal de Ensino de Araucária iniciou sua organização na década de 1930, quando foram construídas 20 escolas isoladas,

todas na zona rural, onde concentrava-se a população. Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, houve um processo de expansão destes estabelecimentos de ensino chegando a um total de 41, ou seja, em todas as comunidades rurais foi construída uma escola.

Na década de 1970, o município passou a ter características urbanas e industriais, tornando-se importante pólo industrial da Região Metropolitana de Curitiba. Contando com expressivo êxodo rural, a Secretaria Municipal de Educação optou pela nucleação das escolas consideradas do campo.

Efetivamente, conforme documentos oficiais do município de Araucária, a migração de significativa parte da população do campo de Araucária para a periferia de Curitiba ou e para o centro urbano da própria cidade suscitou a Secretaria Municipal de Educação a formular e implantar políticas, no período de 1991 a 2001, que implicaram na reorganização das escolas consideradas do campo.

Atualmente, o município tem 06 escolas do campo, onde trabalham 152 professores, os quais participam de atividades de formação continuada que atendem ao conjunto dos professores da rede municipal, algumas direcionadas, especificamente, à realidade das escolas do campo.

Entende-se que as políticas públicas para as escolas situadas no campo em Araucária refletem políticas gerais, mas também apresentam singularidades. Portanto, optou-se por organizar este texto, apresentando aspectos referentes à nucleação das escolas do campo e aos impactos na comunidade escolar. Para tanto, utilizam-se documentos municipais, produções acadêmicas e seus contextos de organização.

Conforme o texto referente à Educação do Campo que integra as Diretrizes Curriculares Municipais de 2012, na década de 1930 a Rede Municipal de Ensino de Araucária era formada por 20 escolas isoladas, pois a característica do município era ser estritamente rural. Nas décadas de 1930, 1940, e 1950, a Rede Municipal dobrou o número de unidades de ensino chegando a um total de 41 escolas isoladas, (como já dito anteriormente neste texto) todas localizadas na área rural, segundo realidades sociais e educacionais complexas e difíceis, tanto no que diz respeito à formação inicial, quanto à continuada das professoras, que na sua maioria eram leigas, como também ao tempo de estudo dos alunos face ao trabalho que faziam nas unidades produtivas familiares.

A organização das escolas em Araucária, ainda na década de 1930 e seguintes, explica-se no contexto das políticas do Estado Novo que pretendeu levar instrução pública para as populações que viviam no campo.

No período compreendido entre 1920 e 1960 com a construção das escolas rurais todas as 41 comunidades existentes foram atendidas com educação escolar, um avanço para as populações que viviam no campo. Na época vigia orientação educacional segundo o "Ruralismo Pedagógico" que assentava seus pressupostos na "exaltação das vantagens 'naturais' da vida rural" (NAGLE, 2001, p.40) e em "interesses contrariados pelo meio citadino" (IDEM). O Ruralismo Pedagógico imbricou-se, no período considerado, com a ideologia do nacionalismo na defesa da "exaltação da terra e da gente brasileira" (IDEM, p.302), propunha-se combater o êxodo rural e fixar o homem no campo, ajustá-lo ao trabalho rural, defendia para tal uma educação cujos conteúdos fossem adequados ao trabalho e ao homem do campo, uma escola diferente daquela criada para a cidade e a vida urbana, a oferta de uma educação conforme os interesses da vida citadina era considerada uma monstruosidade. "Essa monstruosidade de que fala Carneiro Leão teria sido produzida graças á má formação dos professores que não tiveram nenhum contato com o meio no qual seriam jogados para trabalhar ou á falta de uma formação adequada para o trabalho no meio rural" (BEZERRA NETO, 2003, p. 122). Entendia-se, segundo esse ideário, que a expansão da educação escolar entre as populações do campo colaboraria na consolidação do estado e da nação brasileira, face à presença de tantas culturas e etnias em decorrência da vinda de imigrantes e da presença das escolas étnicas para atenderem à educação dos seus filhos. O Ruralismo Pedagógico, nas suas especificidades acompanhava teses próprias do "entusiasmo pedagógico" e do "otimismo pedagógico". Estes ideários que expandiram-se no seio do movimento escolanovista a partir da década de 1920 defendiam a escolaridade como mola propulsora de superação dos atrasos educacionais do Brasil, incluindo a expansão da oferta de educação escolar às populações camponesas entre as quais prevaleciam elevados índices de analfabetismo.

As escolas no campo no município de Araucária, consideradas até aqui neste texto eram multisseriadas e atendiam aos alunos dos anos iniciais do hoje ensino fundamental. Em uma análise acurada

entende-se que a falta de atendimento escolar na zona rural, dos anos finais deste nível de ensino colaborava para que os alunos deixassem o campo em busca de maior escolarização.

O município de Araucária, até à década de 1960, era caracterizado exclusivamente pela atividade agrícola, quando a maioria das escolas se situava no campo.

De 1960 até a década de 1990, escolas foram fechadas em decorrência de decisões políticas que nem sempre dialogaram democraticamente com os interesses das comunidades. A justificativa para o encerramento das atividades em algumas escolas foi o baixo número de alunos em cada comunidade, em virtude das mudanças demográficas e econômicas que fizeram com que as populações saíssem do lugar onde tinham nascido. A partir da década de 1970 “houve significativo aumento na concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e empresas rurais” (BEZERRA NETO, 2003, p.116) e mudanças no mundo do trabalho. Foi nessa década criada a Região Metropolitana de Curitiba que integrou os municípios vizinhos à capital do Paraná.

As escolas isoladas até à década de 1970 atendiam os filhos dos pequenos produtores que se dedicavam à agricultura que contava com uma maioria de pequenos proprietários de terras que viram sua vida dificultada pela produção agrícola em larga escala e o trabalho integrado submetido à grande indústria a exemplo da produção de fumo, erva mate e de frangos. As famílias, naquele contexto consideravam fundamental que os filhos frequentassem a “escolinha”, colaborando para que tal acontecesse. Nesse sentido, organizavam-se tanto nas atividades domésticas, quanto no plantio e colheita na propriedade rural para que os filhos, sempre que possível, fossem à escola.

As professoras que trabalharam nas escolas rurais isoladas relatam que os alunos chegavam à escola por volta dos sete anos, bastante ansiosos, pois, este era o primeiro acesso à linguagem escrita e à matemática. As famílias não eram letradas e a escola se constituía na porta de entrada para leitura e a escrita.

As professoras das escolas rurais isoladas, nesse período, eram basicamente leigas. A dificuldade das professoras para atuarem nas escolas isoladas levou a administração pública do município, em diversos momentos, a lotar as escolas com professoras que haviam apenas concluído seus estudos de 1ª a 4ª série.

A formação das professoras para o ensino primário era feita nas Escolas Normais. Frequentemente as professoras que atuavam nas escolas rurais conciliavam o ofício da docência através de contratos temporários, com os estudos na Escola Normal. As metodologias de ensino nas escolas rurais dependiam das escolhas e da lavra das professoras, pois ainda se estava no início das políticas de formação continuada de maneira mais sistematizada.

As capacitações oferecidas pela SMED nas décadas de 1970 e 1980, conforme Tibuchski, atendiam ao intuito da possibilidade de contratos menos precários para o exercício da docência nas escolas multisseriadas e em outras.

A jornada de trabalho das professoras levava em conta o trabalho ensino-aprendizagem com os seus alunos na relação com o tempo de trabalho nas lavouras, pois as famílias precisavam, principalmente em tempos de preparo dos campos, sementeiras e colheitas, de todos os seus membros, incluindo as crianças, o que colocava a questão da relação da escola com o trabalho produtivo. Para as professoras era importante esta compreensão para a organização do dia a dia dos alunos, assim, procuravam conciliar o calendário escolar com os de trabalho nas terras da família.

A Secretaria Municipal de Educação de Araucária implementou políticas de incentivo à atuação das professoras nas classes multisseriadas, estabelecendo um adicional de 10% nos salários para as professoras trabalharem nessas classes, medida que por si só não resolveu o árduo problema de descolamento e condições de trabalho nas "escolinhas".

As capacitações oferecidas pela SMED, nas décadas de 1970 e 1980, restringiam-se a "reuniões pedagógicas, cursos de reciclagem e informes sobre projetos da Secretaria" (TIBUCHESKI, 2011, p.113). A pouca oferta de formação continuada era agravada pela distância das escolas, as professoras não tinham asseguradas as condições para se deslocarem até o centro de Araucária a fim de participarem das atividades de formação continuada.

As características físicas das escolas isoladas de Araucária eram de construções de madeira com uma ou duas salas, dois banheiros, refeitório e pátio para atividades de recreação. A manutenção dessas escolas cabia às comunidades e contava com escassas verbas da Fundação de Educação do Paraná

(FUNDEPAR). A escola pública brasileira, desde suas primeiras experiências, encarregou os pais pela manutenção da educação de seus filhos.

As escolas rurais de Araucária, apesar de sua singularidade, desde sua criação até a década de 1990 quando do processo de nucleação, viveram, grosso modo, segundo as políticas governamentais tanto aquelas de âmbito nacional quanto estadual, realidade que sugere que este estudo pode ser comparado com o que se passa em outras regiões do país. Nesse sentido, pode se apontar que, inicialmente, a merenda escolar era originária da horta da escola e da comunidade, “somente o governo Paulo Pimentel em 1970, institui a merenda escolar como política pública” (TIBUCHESKI, 2011, p.116).

A professora na escola multisseriada dividia-se entre as tarefas de ensinar e fazer a merenda, algumas vezes alunas da 4ª série assumiam esta última. O acesso às escolas isoladas representava um desafio, os caminhos eram difíceis, as professoras tinham que caminhar quilômetros até chegar a essas unidades de ensino. Não havia qualquer política pública de deslocamento para docentes.

A continuidade de estudos após a 5ª série só era possível aos filhos das famílias que pudessem custear o transporte ou mudassem suas residências para cidade.

[...] Na época de 1970 o transporte era muito precário. O aluno que quisesse estudar a 5ª série precisava ir até o asfalto, na rodovia e pegar outra condução. Quando comecei a trabalhar na Escola Isolada Picheth, somente uma família se dispunha a levar os filhos, o dono da fábrica de palhões. Mas o restante da comunidade ficava mesmo sem estudo, pois a outra opção era mudar para a cidade (TIBUCHESKI, 2011, p. 118).

Os alunos das escolas isoladas de Araucária sofriam com essa realidade que lhes dificultava prosseguirem seus estudos no ensino fundamental, fenômeno nacional que permanece em algumas localidades brasileiras até os dias atuais. O pensamento dos governantes na época era que os trabalhadores das áreas rurais não necessitavam avançar para além da 4ª série.

As escolas multisseriadas de Araucária tinham a característica de agregar em média 20 alunos na mesma sala, o lugar que cada estudante ocupava era da decisão da professora, mas “predominava organizar os alunos por filas e série e dividir o quadro em quatro partes. Os alunos nas classes de alfabetização, contavam com um maior período de atendimento das docentes” (TIBUCHESKI, 2011, p.119).

A professora dispunha de escassos recursos didáticos e organizava suas exposições segundo uma pedagogia tradicional, não utilizando atividades lúdicas para motivar os alunos. Uma prática recorrente das professoras era solicitar aos alunos mais velhos e com melhor aproveitamento escolar, a ajudarem os colegas que estavam iniciando ou com dificuldades, reminiscências do método mútuo. As dificuldades de aprendizagem eram resolvidas por cada escola, pois não havia apoio externo.

A organização do planejamento, nesse período, ficava na alçada, quase exclusiva das professoras, embora a SMED organizasse reuniões mensais para determinar linhas gerais a serem seguidas. Para as comunidades as boas professoras eram aquelas que exigiam mais dos alunos em conhecimento e obediência das normas.

Os principais materiais didáticos utilizados pelas professoras na organização das aulas era o livro didático e o quadro-negro; os alunos de terceiras e quartas séries copiavam atividades do livro didático e de primeira e segunda série copiavam atividades do quadro. As famílias tinham dificuldades para a aquisição de livros, o que era por vezes resolvido com a produção de apostilas disponibilizadas aos alunos e confeccionadas nas reuniões com a inspetoria.

O processo de produção das apostilas foi objeto de várias críticas por parte das professoras que se dedicavam a esse trabalho, pois, lhes cabia realizar a pesquisa, organizar as atividades e dispor o material produzido, porém, seus nomes não apareciam como autoras no material impresso, apenas constavam os da equipe da Secretaria.

O processo de avaliação era realizado por banca externa. Uma professora relata,

[...] A avaliação era anual e era feita por uma banca examinadora vinda da cidade de Araucária, a inspetoria de ensino. Os professores eram encarregados de dar o

suporte do dia da avaliação, inclusive o almoço, que nesse dia era bem caprichado. [...] O resultado era publicado pela prefeitura em um jornal, não lembro qual o nome, sei que era da prefeitura. O nome das professoras era citado dizendo quantos alunos foram aprovados e reprovados, causando pânico entre as professoras (TIBUCHESKI, 2011, p. 125).

Observa-se a existência de um processo de avaliação centralizado em que as professoras não tinham acesso anteriormente às provas, além de serem confrontadas, publicamente, com os resultados. As comunidades aguardavam ansiosamente estes períodos, torcendo pelo êxito dos alunos e professores.

As professoras e membros da comunidade aponta que as dificuldades das escolas, nesse período, eram enormes. Todavia as professoras demonstram “saudade” (IDEM), principalmente da relação de proximidade que as escolas tinham com a comunidade, seus processos de vida.

No contexto da década de 1990, com a intensificação da urbanização e face às reformas educacionais, a nucleação das escolas em curso foi consolidada, para tal, foram usadas estratégias políticas como as “reuniões de convencimento” e oferta de transporte escolar, como em seguida se explicita.

POLÍTICAS DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO EM ARAUCÁRIA: CONTEXTOS E APONTAMENTOS SOBRE NUCLEAÇÃO, TRANSPORTE ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO

As primeiras experiências no Estado do Paraná de nucleação de escolas rurais ocorreram nos municípios de São José dos Pinhais em 1970, de Maringá, aprovadas pela SEED em 1976, de Francisco Beltrão em 1977. Nesses processos foi reduzido significativamente o número de escolas. Esta política produziu impactos nas comunidades rurais.

O município de Araucária contava na década de 1970 com 68% da população situada na zona rural e 32% na área urbana, nas décadas posteriores esta relação foi se invertendo: 91% da população passou a ocupar as áreas urbanas e 9% as áreas rurais. Segundo as Diretrizes Curriculares Municipais de 2012 (p. 198) foi tomada como

justificativa da política do governo municipal para o fechamento de escolas situadas em zonas rurais.

O êxodo da população das áreas rurais e a baixa demanda por matrículas constitui-se argumento do governo municipal para reorganizar a oferta da educação escolar, reagrupar parte das escolas do campo e extinguir outras. Esta política implicou a nucleação das Escolas do Campo, processo em vigência nos diversos municípios do Estado do Paraná, incentivado pela SEED.

A política de nucleação das escolas rurais, aqui apontada, em termos estaduais e municipais ajustou-se ao exarado pela Lei 5.692/71 no que se refere à obrigatoriedade de oferta de transporte e condições de acesso às escolas urbanas e rurais, o que impôs políticas municipais.

Faz-se necessário lembrar que a referida Lei foi aprovada no contexto da industrialização crescente no país, quando houve uma redução do número de alunos nas escolas rurais, devido ao êxodo rural resultado do processo de urbanização.

As primeiras políticas de reagrupamento das escolas, no município de Araucária, foram efetivadas na década de 1990, acarretaram a extinção de 09 escolas rurais e desativação, então, de mais 08. De lá para cá, a SMED organizou um processo amplo de nucleação das escolas rurais, realizando, para tal, uma série de intervenções.

No ano de 1992, os alunos das escolas rurais de Mato Branco, Guajuvira de Cima, Palmital, Campo Redondo e Campo Tomaz passaram a frequentar a Escola Municipal João Sperandio na região de Rio Abaixo, os alunos da Colônia Ipiranga, Boa Vista Acima, Ipiranga, Camundá, Taquerava, Lagoa Suja, Formigueiro, Rio Abaixo, Campina das Pedras e General Lúcio passaram a ser atendidos na Escola Rural Municipal Rosa Pichet, na região Piguás do Guajuvira, e os alunos das escolas de Mato Dentro, Lavra e Fundo do Campo passam a frequentar a Escola Dom Pedro I, na região do Tietê, a mesma que na sequência veio a chamar-se Escola Rural Municipal Andreia Maria Scherreier Dias.

Ressalta-se que a região rural de Araucária é dividida em 41 comunidades, a perda da escola pela comunidade teve repercussões na vida das famílias.

As escolas nucleadas para estudantes do ensino fundamental convivem com o fenômeno da dualidade administrativa; no turno da

manhã atendem aos alunos de anos finais do ensino fundamental ofertado pelo Estado e no período vespertino aos estudantes dos anos iniciais que são da responsabilidade da prefeitura.

No prédio da Escola Municipal Edvino Nowak, também funciona a Escola Jocira Gurski, o prédio da Escola Municipal João Sperandio também abriga o Colégio Estadual Araucária, o prédio da Escola Municipal Professora Andrea Maria Scherrier Dias abriga a Escola Estadual Professora Ana Maria Vernick Kava e o prédio da Escola Municipal Professora Rosa Picheth também abriga a Escola Estadual Guajuvira.

Faz-se, ainda, necessário proceder a detalhamentos das implicações das políticas de nucleação das escolas na década de 1990, o que se realiza seguida.

Razões para a Política de Nucleação e Aproximações com a Educação do Campo

A gestão municipal que assumiu no período de 1991-1996, em Araucária, enfrentou desafios. Ao mesmo tempo, era realizado o processo de nucleação das escolas, os professores reivindicavam estatuto do magistério, plano de carreira e concurso público. O processo histórico nacional era de ascensão do debate pedagógico, resultado das lutas da década de 1980.

As comunidades rurais também participavam, demandavam transporte, para que seus filhos pudessem concluir o ensino fundamental. O governo que assumiu foi incorporando em suas políticas parte dessas solicitações e em sua gestão optou pela nucleação das escolas, dualidade administrativa, oferta de transporte escolar.

Em Araucária, segundo o secretário Arivonil que assumiu a Secretaria de Educação na gestão em pauta, as políticas de nucleação vieram acompanhadas além da oferta de transporte, da lotação de docentes e melhoria das instalações escolares. Segundo depoimento do secretário de Educação, buscou-se estabelecer uma política de paridade entre o atendimento das escolas rurais e urbanas, também com melhor planejamento educacional das escolas de nível fundamental para que a população do município fosse atendida a contento, mesmo sem apoio do governo do Estado.

O secretário quando entrevistado sobre o processo de consolidação das escolas rurais, destacou que o município durante esse período contava com um superávit de verbas municipais, portanto, havia condições econômicas para a efetivação da oferta de transporte. Face ao processo de nucleação, considerou-se como importante levar às escolas de algumas comunidades rurais o ensino fundamental e oportunizar o transporte escolar a alunos de outras comunidades que passaram a ser trazidos até às escolas urbanas para estudarem. Nesse processo, considerou-se que os estudantes auferiram ganhos em termos de qualidade educacional e como um todo para a educação municipal.

Além destas razões outras foram apresentadas: que as escolas rurais tinham muita dificuldade de lotação de professoras, também que as políticas de formação continuada propostas até esse período não sensibilizavam as professoras para práticas coletivas de planejamento, as professoras continuavam organizando suas aulas sozinhas.

A nucleação das escolas rurais foi, então, realizada naquela gestão, sob essas razões anteriormente explicitadas.

Nesse contexto, foi considerado desnecessário um amplo processo de consulta às comunidades atendidas, apenas buscou-se o parecer favorável do prefeito e garantiram-se os recursos na Lei Orçamentária do Município através da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1991 e posteriormente em 1992.

Assim, em 1991 visou-se assegurar a

b) Implantação da escola consolidada, com vistas a minimizar a evasão escolar na primeira série, assegurando uma proposta pedagógica e fisicamente de modo mais sistemático as escolas rurais (LEI MUNICIPAL, 1991).

No ano de 1992, também houve previsão orçamentária para a consolidação das escolas rurais, pois havia o entendimento que para esse processo seriam necessários pelo menos dois anos.

Na Secretaria Municipal de Administração além da Lei de Diretrizes Orçamentárias desses dois anos, não existe, tanto quanto hoje se sabe, outro registro da forma como se deu este processo.

O processo de consolidação deparou-se com a existência de grande número de professoras leigas. Os registros da Secretaria

informam que as professoras que atuavam nas escolas multisseriadas, foram deslocadas para outros setores como as funções de limpeza dos prédios escolares e a merenda dos alunos, um processo difícil que seria melhor encaminhado com a oferta de formação docente.

Para a implantação da política de nucleação foram realizadas "reuniões de convencimento" com as comunidades conforme documentos que registram este processo na Secretaria Municipal de Educação, com equipes da secretaria, onde se destacavam os benefícios que as escolas nucleadas poderiam trazer às comunidades como: oferta do ensino de quinta a oitava série, melhor estrutura nas construções escolares, transporte escolar para todos e mais funcionários à disposição das escolas.

As reuniões que aqui chamamos de "reuniões de convencimento", constituíram-se em fatos corriqueiros em se tratando da consolidação. A estratégia era de primeiro se fazer uma reunião com a comunidade, na escola, caso houvesse algum tipo de resistência, eram escolhidos alguns pais e convidados para outra reunião, só que desta vez na cidade, momento em que eram esclarecidas todas as dúvidas referentes ao processo até que esse grupo de pais fosse convencido a aceitar a proposta (TIBUCHESKI, 2011, p. 133).

A referida autora relata em seus estudos que uma das preocupações das comunidades foi a doação das "escolinhas", as quais tornaram-se associações de agricultores, igrejas, postos de saúde, permanecendo como bens públicos na lógica do governo municipal. Muitas vezes a comunidade discutiu o uso dessas escolas para fins privados, individuais, uma delas tornou-se casa de uma agente comunitária, além de outras estarem ainda sem uso, se deteriorando.

As comunidades ficaram efetivamente preocupadas com o transporte dos alunos, o qual tem sido garantido pelo poder público até os dias atuais. Há questionamentos sobre o estado e condições de segurança dos veículos, tempo que os alunos levam para se deslocarem, gerando grandes dificuldades e ansiedades nas comunidades. No contexto anterior de existência das "escolinhas" estas situavam-se na própria comunidade, as crianças iam a pé, tudo se passava mais próximo das famílias.

No que diz respeito à merenda escolar, de forma unânime é considerada por todas as comunidades a melhoria do processo de distribuição e qualidade dos alimentos ofertados. A SMED terceirizou na década de 1990 este serviço, adquirindo os alimentos de uma

empresa, porém, cabe às escolas organizar a distribuição e limpeza das instalações.

A consolidação das escolas situadas no campo, em Araucária, conforme demonstrado, estabeleceu-se num processo com avanços, apoios e desconfianças por parte das comunidades rurais. Entretanto, nas falas dos usuários da escola, dos profissionais da educação e demais servidores educacionais há reconhecimento de avanço para as escolas rurais que no contexto atual passam a se aproximar do debate impulsionado pelos movimentos sociais e a utilização da terminologia "Educação do Campo".

A Educação do Campo, com a Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 abril de 2002 viu instituídas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Estas foram posteriormente, complementadas com normas e princípios para o desenvolvimento da Educação Básica do Campo, através da Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008. Esta Resolução expressa em seu Art. 1º, que a "Educação do Campo compreende a Educação Básica em todas as suas etapas [...] e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas variadas formas de produção [...]". Ainda, "terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica".

É importante salientar que há aproximações, na Secretaria de Educação de Araucária com o campo teórico e prático da Educação do Campo com teses educacionais dos movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra-MST- e Via Campesina que defendem o direito a uma formação integral dos povos do campo.

Os documentos da Secretaria Municipal de Educação do município de Araucária demonstram que, ao tempo em que se produz este texto, as matrículas dos alunos, na zona rural, atingem 8% do total da rede. O município de Araucária para referir-se às escolas situadas na zona rural, adota o termo Escola Rural Municipal, substituindo o uso do termo escolas isoladas, mudança em decorrência do que foi exarado pela Lei 5.69/71, fortalecido por Decreto-lei n. 469/91 (Tabela 1).

Os alunos destas escolas são atendidos por transporte escolar, cujas informações constam do site da Prefeitura, consideradas neste estudo. Lá diz que para atender as 06 Escolas do Campo, são percorridos 2451 km, por dia. Nesse dado não estão incluídos,

TABELA 1 - Total de alunos atendidos nas escolas públicas localizadas no campo em Araucária no primeiro semestre de 2014.

Escolas Municipais do Campo										Alunos
Anos do ensino Fundamental	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	
Edvino Novak	18	24	19	22	23					106
Castelo Branco	14	12	17	10						53
Andrea Dias	35	40	40	47	51					213
João Sperandio	19	29	47	39	40	65	59	60	42	410
Rosa Picheth	40	51	50	50	44	66	47	55	55	469
Rui Barbosa	26	33	22	27	29					147
TOTAL	171	189	195	195	187	131	106	115	97	1367

FONTE: Smed/ 1º semestre de 2014

ainda, os CMEI's. Neste contexto, os estudantes fazem percurso, cuja duração em média é de 1:30 hora para irem à escola e mais 1:30 hora para voltarem para suas casas. Assim, não se cumpre o exarado na Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014 intitulada: Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – e dá outras providências.

Ora, da referida Lei, para efeitos deste estudo considera-se além das Diretrizes já citadas, o que reza na estratégia 10 da Meta 1, nomeadamente para a educação do campo, que deve:

fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada (PNE, 2014).

O exposto autoriza as autoras desta comunicação a chamarem atenção para o descompasso entre a Lei do PNE e as políticas de fechamento e nucleação das escolas do campo, nomeadamente no Município de Araucária/PR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo considera o PNE/2014-2024 no que concerne às Diretrizes II e IV que apontam para a universalização e qualidade

da educação nacional, bem como o exarado nas metas 1, 2, 3, 4. Estuda a nucleação e consolidação das escolas do campo no município de Araucária implementadas nas últimas décadas, com conseqüências que levaram a grande expansão de transporte escolar em condições precárias; os estudantes, de diferentes idades, passam, diariamente, três horas dentro de ônibus velhos, sem manutenção, por estradas de chão e sem acompanhamento de educadores. Considera que estas políticas levadas a cabo no município de Araucária são paradigmáticas para tantos outros municípios brasileiros onde ocorreu a fechamento de escolas do campo.

No Estado do Paraná este processo vem se realizando desde a década de 1970, contexto de acelerada urbanização das populações, de seus trabalhos e da concentração da propriedade. Anteriormente àquela década o PR dedicava-se, predominantemente, a atividades agrícolas.

No município de Araucária no contexto das mudanças históricas, caracterizadas pela urbanização, já apontadas, o poder público municipal implementou, a partir da década de 1990, políticas de nucleação e consolidação das escolas situadas nas comunidades rurais, pois, no contexto das políticas educacionais da época, considerava-se, além de outras razões, a necessidade de replanejamento para a oferta de escola a essas populações, face à manutenção das escolas isoladas com baixo número de alunos.

A efetivação das políticas de nucleação e consolidação contou com as chamadas "reuniões de convencimento" feitas pela Secretaria de Educação do Município e as comunidades, nas quais a administração municipal apresentava que essa política se colocava no sentido de uma escola melhor estruturada, com possibilidades de atender todo o ensino fundamental. No entanto, não houve espaços para discutir em profundidade os impactos de tal política contando com a efetiva participação das comunidades.

Atualmente há aproximação da Secretaria de Educação do município de Araucária com os debates da Educação do Campo, que reconhece e defende uma educação segundo os interesses dos sujeitos que vivem no campo e do campo.

Entende-se que há ainda necessidade de mais estudos desses processos de nucleação e consolidação das escolas situadas no campo para que se conheçam as políticas dos governos sejam eles municipais ou estaduais para a educação escolar das populações

do campo. A finalidade é contribuir para os debates e a defesa dos direitos à educação das populações do campo e do PNE 2014 - 2024.

ABSTRACT

The National Education Plan, NEP 2014-2024, Law n. 13. 005 June 25th , 2014, in the II Directive imprinted on universalization of school attendance which added to the V Directive which states that the training [is] for work and citizenship, with emphasis on moral and ethical values in which is based society imposes considerations to nucleation policies and closure of schools located in the countryside. This paper reports the nucleation process of countryside schools in the city of Araucária, refers to the necessary resistance to school closures and removing their students to other very distant from their places of origin, requiring them to travel dozens of kilometers a day by roads and dangerous vehicles, lack of educators to assist them in these training paths. The study is part of research conducted within the Project - Observatory of Education in the Countryside with funding of CAPES - Tuiuti University of Paraná (TUP) entitled "Rural Education in the Metropolitan Region of Curitiba: Diagnosis, Curriculum Guidelines and Restructuring Political Pedagogical Projects "(OBEDUC II). The justification of the study was the need to unveiling this process. The objective is the defense of the rights of peasant populations to universalization of access, retention and academic success with quality at all levels of basic education, as the NEP. Refers to the study of the Municipal Law n. 771/1991, the Municipal Education Plan 2008 (draft) and the Curriculum Guidelines of 2012, of the city of Araucária, the Resolution CNE / CEB n.1, April 3rd , 2002 relating to the Operational Guidelines for the Rural Education and Resolution no. 2 April 28th 2008, the academic research in particular to the Tibucheski that enable the study. It is intended to contribute to the Brazilian educational policies, in compliance with the NEP / 2014-2024.

Keywords: Nucleation. Rural Education. Educational Policies. NEP.

REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Educação, Diretrizes Curriculares Municipais. Araucária: 2012.

_____. Conselho Municipal de Educação, Parecer 07/2012.

_____. Prefeitura Municipal. Agricultura e indústria: a memória do trabalho em Araucária. 2. ed.: Prefeitura Municipal de Araucária. [s.n.]. 86 p.; Il. – (Coleção história de Araucária, 1), 1997a.

_____. Plano Municipal de Educação: Araucária construindo uma educação com qualidade social. Araucária. Prefeitura Municipal de Araucária: 2008.

_____. Mestres, alunos e escolas: a memória do ensino em Araucária. Araucária: Prefeitura Municipal de Araucária. 103 p.; II.(Coleção História de Araucária, 3), 1997b.

BEZERRA NETO, Luiz. Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil. 2003. 221f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2003.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. In: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TIBUCHESKI, J. K. Educação Rural no Município de Araucária/Paraná: De Escolas Isoladas as Escolas Consolidadas. Dissertação de Mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, 2011.

Recebido em 12/fevereiro/2016

Aceito em 29/março/2016